

# PANORAMA ECONÔMICO



FLÁVIA OLIVEIRA (interina)

## Sobre inclusão

• Dos 3,4 milhões de trabalhadores com carteira assinada do Estado do Rio, 49 mil são portadores de alguma deficiência. A informação é um dos primeiros resultados da mais completa pesquisa já feita no país sobre a inclusão social dos deficientes. O trabalho — resultado de uma parceria entre o Centro de Políticas Sociais da FGV e a Fundação Banco do Brasil — fica pronto em nove meses.

O acordo entre a FGV e a Fundação BB será formalizado na próxima sexta-feira, mas a equipe do economista Marcelo Neri já começou a explorar os dados do Registro Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho, e do Censo 1991, enquanto espera a liberação das informações do Censo 2000 pelo IBGE, previstas para o fim deste mês.

O projeto pretende traçar um diagnóstico detalhado sobre quantos são, onde e como vivem e quais as necessidades dos portadores de deficiências física e mental do país. No Rio, por exemplo, eles ganham salários superiores aos dos não-portadores: 6,86, contra 5,42 salários-mínimos, segundo a Rais de 2000.

— Isso pode indicar que para conseguir colocação no mercado formal os portadores de deficiência têm de ser mais bem preparados — diz Neri.

A presidente da Fundação BB, Heloísa Helena de Oliveira, informa que o trabalho servirá de apoio para a formulação de políticas públicas. Segundo ela, cinco ministérios têm recursos para programas voltados aos portadores de deficiências, mas nenhum tem dados sobre o segmento.

Depois da primeira etapa do projeto, a Fundação planeja dar andamento a iniciativas como a publicações voltadas para as famílias e sobre os direitos legais dos deficientes. Apenas no Rio de Janeiro, há pelo menos dois livros inteiros só com leis específicas, entre as quais a que determina a fixação de cotas de contratação de portadores nas empresas com mais de cem funcionários. Nas companhias com até

200 empregados, 2% devem ser deficientes — nas que têm mais de mil, a proporção chega a 5%.

Embora a Organização Mundial de Saúde (OMS) estime que 10% da população mundial tenham algum tipo de deficiência, o Censo 1991 indica que no Brasil a proporção é de 1,9%. Os dados do início da última década, segundo Neri, mostram que eles enfrentam uma barreira no acesso à educação: 4% dos analfabetos são portadores de deficiência.

— Isso mostra que escolas e famílias não sabem lidar com o problema. Acabam tirando as oportunidades de qualificação profissional dos portadores, o que mais tarde dificulta o acesso ao mercado de trabalho — diz Neri.

O economista chama atenção também para o fato de que, em muitos casos, a deficiência foi adquirida ao longo da vida e não ao nascer. Isso explica o fato de que apenas 0,5% das crianças de zero a 5 anos serem portadoras, enquanto entre os maiores de 70 anos a proporção alcança 5,9%. A escalada da violência e dos acidentes de trânsito só agravam a situação.

Dá a importância de programas específicos para atender aos novos deficientes. Segundo os dados da Rais, de cada dez mil trabalhadores formais, cinco se aposentam por invalidez a cada ano — dois dos quais por acidente de trabalho. Os maiores percentuais são na agricultura (nove em dez mil), serviços (oito) e construção civil (cinco).

Como se vê, há um mundo de políticas a serem executadas em benefício desses brasileiros. A largada foi dada.